

O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO A PARTIR DA CRISE E REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL

Islânia Lima da Rocha¹

Thaysa Mariá da Silva²

RESUMO

Com a intensificação da crise nos anos 70 o capital visualizou e implementou algumas alternativas de recuperação da valorização dos seus lucros. A mais intensa dessas alternativas foi à reestruturação produtiva, a qual refletiu-se na tecnologização das indústrias e na ampliação da expropriação do trabalho humano. A partir de então o trabalhador passa a conviver com uma rotina de desemprego, de exploração, de insegurança no trabalho.

Palavras-chave: Crise Econômica; Capital; Reestruturação Produtiva; Trabalhadores.

ABSTRACT

With the intensifying crisis in 70 years the capital envisioned and implemented a number of alternatives for recovery of valuation of their profits. The most intense of these alternatives was the restructuring process, which was reflected in technologization industries and expansion of the expropriation of human labor. Since then the worker has to deal with a routine of unemployment, exploitation, job insecurity.

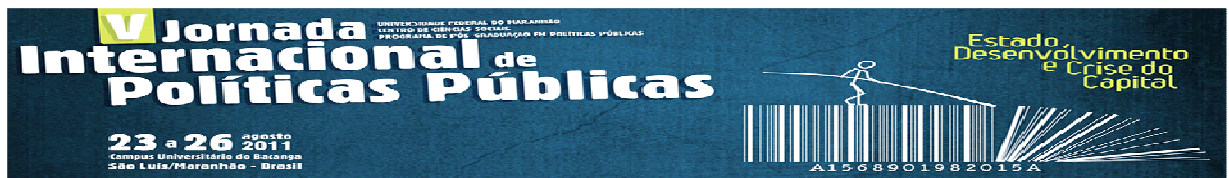
Keywords: Economic Crisis; Capital; Productive Restructuring; Workers.

1. INTRODUÇÃO

Este texto refere-se ao colapso sofrido pelo capital na década de 1970, resultado da estagnação da produção em massa propiciada pelo padrão de produção fordista/taylorista. Objetiva-se contextualizar os acontecimentos que levaram à crise econômica e os mecanismos implementados pelo capital como tentativa de enfrentamento à crise e de garantir a lucratividade anteriormente obtida. Ressaltaremos as transformações ocorridas no mundo do trabalho, com o

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). is_rocha@hotmail.com

² Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). thaysamariah@hotmail.com



advento da reestruturação produtiva, da mundialização financeira, das estratégias de consolidação da hegemonia do capital, as quais implicaram na precarização das condições de trabalho, na organização dos trabalhadores e na vida cotidiana dos mesmos.

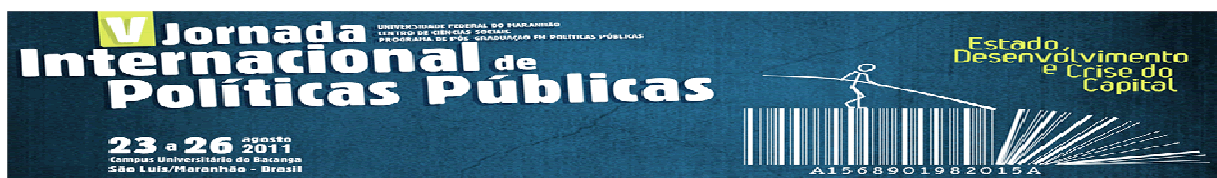
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRISE FINANCEIRA DOS ANOS 70

Desde a década de 1970 estamos vivenciando uma crise estrutural do capital, a qual se caracteriza pela durabilidade e amplitude que alcançou, resistindo até a contemporaneidade e atingindo países desenvolvidos, causando-lhes instabilidade. Segundo Mézáros (2009), a crise que se iniciou no final da década de 70 se deu devido ao esgotamento da expansão do capital, o qual chegou aos seus limites absolutos. Responsabiliza-se por esse esgotamento o padrão rígido de produção fordista/keynesiano com a produção em massa já não mais absorvida, bem como a intervenção do Estado, o qual estrategicamente passou do Estado de Bem-Estar ao Estado Neoliberal, aberto ao capital e inacessível ao trabalhador.

Para Antunes (2007, p. 30), a crise do fordismo/keynesianismo foi a “expressão fenomênica” da crise estrutural do capital devido à queda da taxa de lucro, e também foi a “manifestação” da lógica destrutiva e da incontrolabilidade do sistema do capital. Destarte, a crise estrutural se pôs após “um longo período de acumulação de capitais” proveniente da rigidez do fordismo, sendo resultado da “redução dos níveis de produtividade do capital” devido ao aumento do valor da força de trabalho, o encolhimento do consumo, o desemprego etc.

Assim, restaram apenas “ondas inflacionárias, as altas taxas de desemprego, greves sindicais, movimentos sociais, o que obrigou o sistema capitalista mundial a rever”, dentre outras coisas, o modelo de acumulação do fordismo e a requere uma nova funcionalidade para o Estado (MELLO, 2004, p. 18).

A sociedade burguesa então ensaiou algumas alternativas para a superação da crise, como por exemplo, a reestruturação produtiva com a introdução de novas técnicas de produção baseadas na intensificação da tecnologia e na subordinação dos trabalhadores às máquinas. O objetivo é a retomada dos lucros a partir da intensificação do trabalho, da ampliação da expropriação do trabalhador, com a redução dos custos da produção e o conseqüente aumento da propriedade privada. A reestruturação produtiva deu-se baseada na competitividade com o mercado mundial, adequando as indústrias à flexibilização da produção. Estas já não eram mais verticalizadas, se automatizaram, descentralizaram-se, aderiram à terceirização, enfim, fizeram tudo o que foi necessário para a manutenção da extração dos lucros da expropriação do trabalho.



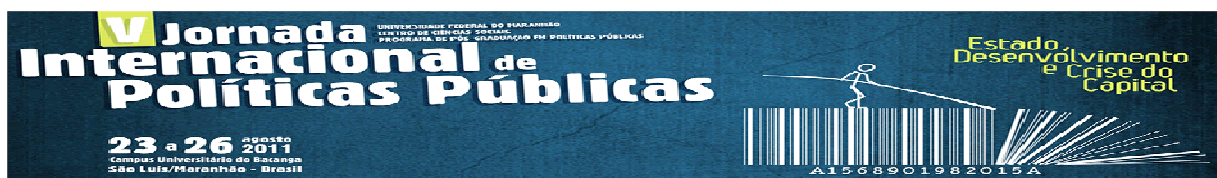
O desenvolvimento econômico suscitou um novo Estado, menos interventivo economicamente e mais repressivo às lutas e aos direitos trabalhistas. Introduce-se o Estado Neoliberal ou Estado Mínimo, o qual baseia-se nos padrões de regulação, adequando-se às mudanças econômicas para se refuncionalizar aos ditames do capital. Com o advento do neoliberalismo, o Estado absorve amplamente os ditames burgueses e reduz bruscamente as conquistas trabalhistas, resultantes das mobilizações durante o fordismo. Ao substituir o Estado de Bem-Estar, o Neoliberalismo não se desfez de suas finalidades, já que aquele também era produto do capital, mantendo a extração da mais-valia como cerne da sua intervenção. Destarte, o neoliberalismo implementou, e implementa, uma política repressiva e controladora, sendo o trabalhador apenas uma peça do seu processo de solidificação e aquisição de lucros.

Assim, a reestruturação do capital, resultante da crise estrutural, acarretou mudanças no mundo do trabalho, como também reconfigurou o aparato estatal, financeira e ideologicamente falando, para tornar hegemônica os ditames capitalistas à sua ideologia dominante.

3. MECANISMOS DE ENFRENTAMENTO DA CRISE

Apesar da crise, o capital busca se reproduzir visando superá-la. Assim, emerge o Toyotismo, como um novo modelo de produção que vem responder às necessidades individualizadas, e a reestruturação produtiva, através da revolução tecnológica e organizacional na produção, em busca da produtividade do trabalho para atingir os superlucros e, conseqüentemente, consolidar a mundialização do capital. Para atender as necessidades do capital, o Estado assume então um poder coercitivo baseado na lei, na ordem, para com as pessoas implantando a democracia burguesa. Assim, o Estado vai defender a propriedade privada, utilizando-se de estratégias violentas e manipuladoras, como é o caso das políticas sociais implementadas com o intuito de consolidar a ordem vigente e conter o trabalhador. Se antes o Estado internalizava as políticas sociais para reprimir as demandas, atualmente as externaliza, transferindo para a sociedade civil a responsabilidade de responder as suas necessidades (BEHRING, 2008).

Para Antunes (2007, p. 31), o capitalismo buscou responder à crise apenas em sua dimensão fenomênica, isto é, reestruturou-se sem alterar as suas bases de produção. Assim, se intensificaram mudanças no padrão de acumulação e não no modo de produção. Neste momento pode-se inferir que a política neoliberal pretendia retirar do Estado qualquer soberania que viesse a impedir a inserção e solidificação do capitalismo contemporâneo, o qual se utiliza de todos os meios necessários para alcançar o seu objetivo maior: a rentabilidade do capital.



Portanto, segundo Behring (2008, p. 60), o Estado passa a atender aos interesses particulares do capital, reduzindo os espaços do setor público e investindo em ações de suporte aos investidores. Instaura-se, a partir disso, uma concepção de *Estado forte*, de caráter coercitivo, policialesco, legitimando assim o sistema. Se surgem dificuldades na regulação socioeconômica, estas são respondidas com tendências antidemocráticas.

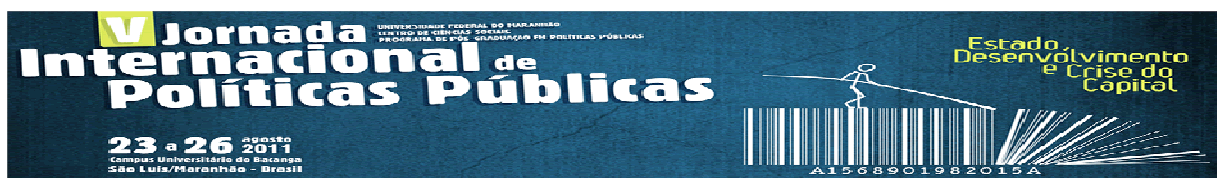
É importante explicitar que este processo de mundialização decorrido, dentre outras formas, da revolução tecnológica, promove o desenvolvimento desigual e a retirada das barreiras ao consumo e à lucratividade. Neste processo, intensificam-se as privatizações, as desregulamentações e o crescimento da esfera financeira com a hipertrofia das operações neste âmbito. Assim, também desencadeou a não-intervenção do Estado, o desemprego estrutural, a ampliação das desigualdades sociais e o mais importante para a reestruturação produtiva: o aumento da lucratividade do capital com novas formas de apropriação do mesmo.

Para Behring (2008, p. 214), a retomada dos lucros suscitou dos capitalistas a introdução de formas de redução dos custos do trabalho, como a “flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação destas relações, inclusive no que se refere à questão da proteção social, com a redução dos encargos sociais”. A linha rígida de produção implantada pelo fordismo cedeu lugar à produção flexibilizada que visava responder as necessidades individualizadas do consumidor, que estimulava o trabalho em equipe e o controle de qualidade entre os operários, que buscava o aproveitamento integral do tempo de produção, que apostava no emprego vitalício e no aumento de salário para ampliar a produtividade, e que, através da produção horizontalizada, abriu espaço para a terceirização.

De acordo com Antunes (2007, p. 57), a introdução da tecnologia nas fábricas implementou mudanças nas relações de trabalho, nas condições e nas garantias fundamentais. Esta realidade despertou nos trabalhadores a necessidade de reivindicação, de organização, de luta. Os movimentos operários e sindicais travaram verdadeiras lutas contra o despotismo, a negação dos direitos, a exploração. Mas, os mesmos sofreram forte repressão dos capitalistas, de forma que fragmentaram-se e desmobilizaram-se. Assim, ficou mais fácil para os patrões estabelecerem sindicatos internos que transparecessem participação, autonomia, controle dos trabalhadores na produção, mas que os tornava ainda mais explorados.

4. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Foram dois os principais atingidos pelo processo da reestruturação produtiva: o capitalista e o trabalhador. O primeiro lucrava com a intensificação do trabalho do segundo; este era



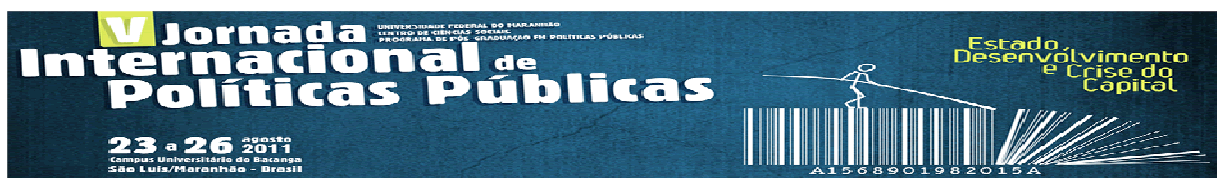
explorado, controlado e empobrecido por aquele ao produzir-lhe riquezas. Assim, o maior dos problemas que a crise econômica causou ao trabalhador foi o desemprego. De acordo com Cardoso, Comin e Guimarães (2006, pp. 48-9), existem quatro aspectos que elucidam as causas que intensificaram o desemprego.

Primeiro uma conjuntura de reforma econômica neoliberal, que aprofunda e acelera a reestruturação da indústria. Segundo: a especificidade dos tecidos industriais em análise. Terceiro: uma dinâmica mais geral do mercado de trabalho no país, em que a indústria perde espaço como empregadora e os demais setores são incapazes de absorver inteiramente seus egressos, com conseqüente aumento do desemprego e restrição das chances migratórias dos demitidos nos programas de reestruturação. Quarto: oportunidades diferenciais de acesso a emprego e renda por parte de distintos segmentos da força de trabalho sob risco de desemprego, decorrentes de características atribuídas (sexo e idade) e adquiridas (escolaridade, qualificação *on the job*), e da interação dessas características com a estrutura do mercado de trabalho (grifo dos autores).

Para o trabalhador, o Toyotismo representou a possibilidade real de desemprego em massa devido à automatização da produção, pois as máquinas substituíam milhares de trabalhadores, tornando polivalentes os restantes que executavam diversas funções, lidando com várias máquinas ao mesmo tempo. A reestruturação do mercado de trabalho caminhou para a flexibilização dos contratos e do trabalho em tempo parcial, transformando os trabalhadores em *subcontratados*. Os contratos de trabalho ficam a cada dia mais flexíveis, reduzindo os vínculos empregatícios e a responsabilidade da empresa para com os direitos dos trabalhadores.

É importante salientar que a crise e a implementação da reestruturação produtiva também intensificaram, com a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual do trabalho, pois as mulheres mantiveram-se na condição de submissão, realizando atividades que não exigiam força física e nem intelectual. Eram elas as principais trabalhadoras das indústrias de base, com salários baixíssimos e sem representatividade nas organizações e sindicatos.

Com o desemprego estrutural, os trabalhadores “deserdados da indústria” (CARDOSO; COMIN; GUIMARÃES, 2006) buscaram alternativas de subsistência mais precárias e mais degradantes, como é o caso do trabalho informal. Aqui, com a ajuda da ideologia capitalista, os trabalhadores pensavam ter se transformado em patrões, que obteriam os mesmos lucros e que possuiriam a mesma propriedade privada. Mas, contraditoriamente, trabalhavam mais, lucravam menos e não tinham nenhum amparo legislativo. Para Alves e Tavares (2006, p. 427), a força de trabalho excedente que aderiu a informalidade caracteriza-se como “aqueles trabalhadores, excluídos dos setores de tecnologia avançada, [que] inseriram-se no mercado de forma precária, atuando nos segmentos tradicionais da economia”.



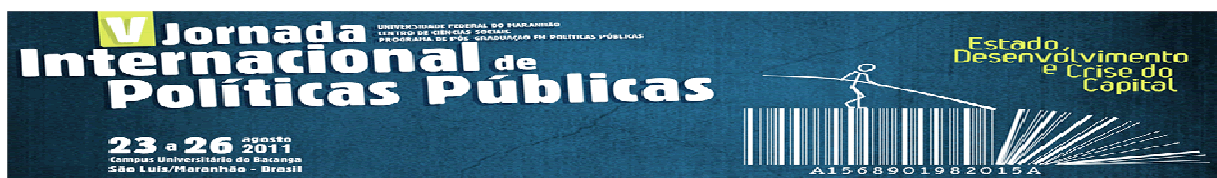
O setor informal corresponde às unidades produtivas que caracterizam-se como brechas na atividade econômica, que não possui legislação trabalhista e necessitam de pouco capital para funcionar. Nestas condições, amplia-se o trabalho em domicílio, no qual muitas pessoas transformam suas casas em microempresas, envolvendo a família no processo e gerando mais desgaste físico e mental. Também podem trabalhar em casa mesmo estando contratadas por uma empresa, pois para esta fica mais viável e econômico manter o trabalhador no seu domicílio, produzindo o mesmo e desamparado dos direitos trabalhistas.

Dessa forma, as transformações econômicas ampliaram o contingente da informalidade dos trabalhadores. As autoras afirmam ainda que as novas formas de trabalho precário também podem se caracterizar como os trabalhadores sem carteira assinada. São os trabalhadores com baixa escolaridade os principais atingidos, o que faz aumentar a rotatividade e os baixos salários. Assim, criam-se e recriam-se novas relações e formas de trabalho” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 432).

Segundo as autoras, está havendo “uma racionalização de seus processos produtivos para atender às exigências da economia de mercado, de modo a tornarem-se mais competitivas, diminuindo custos e fragmentando a classe trabalhadora”. De qualquer maneira, as novas formas de organização do trabalho provocam a “precarização” e ampliam a “exploração do trabalho” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 434). Este movimento desencadeia a falta de mobilização política dos trabalhadores, pois a reestruturação produtiva, seguindo os ditames neoliberais, produz na vida dos mesmos a desconstrução de suas identidades e lança-os na briga pela sobrevivência, visto que desregulamenta os direitos e restringe os gastos com o social.

Assim, os trabalhadores ficam à mercê de uma insegurança generalizada no mundo do trabalho devido à flexibilização do momento, tendo em vista que o que está preconizado é o aumento da exploração da força de trabalho com o conseqüente aumento da taxa de mais-valia e de lucro, deixando de lado a preocupação das causas que essas podem gerar na vida do trabalhador (BEHRING, 2008).

As greves por melhores condições de trabalho repercutiam na precarização do trabalho por parte das empresas que não cediam e substituíam os trabalhadores por outros que aceitavam as novas condições precarizadas de trabalho. O objetivo do operariado era efetivar o “controle social dos trabalhadores dos meios materiais do processo produtivo” (ANTUNES, 2007, p. 43). Porém não obtiveram êxito porque a social-democracia era uma instituição consolidada, as práticas auto-organizativas não conseguiam se expandir além da empresa e dos locais de trabalho, não conseguiam unir forças aos novos movimentos emergentes. A luta enfraqueceu-se não sendo capaz de derrotar a hegemonia capitalista, no entanto, acarretou perturbações significativas para o funcionamento do capitalismo concretizando a crise.



Como consequência disso, entra em cena as Políticas Sociais de cunho paternalista, ampliando a desresponsabilização estatal, tornando-se mercadorias com vistas à tão requisitada rentabilidade do capital. Com todos esses acontecimentos evidencia-se o desfinanciamento da proteção social, paralelo à privatização das políticas sociais e ao crescimento do terceiro setor na perspectiva da filantropia, do clientelismo e da domesticação da população (BEHRING, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

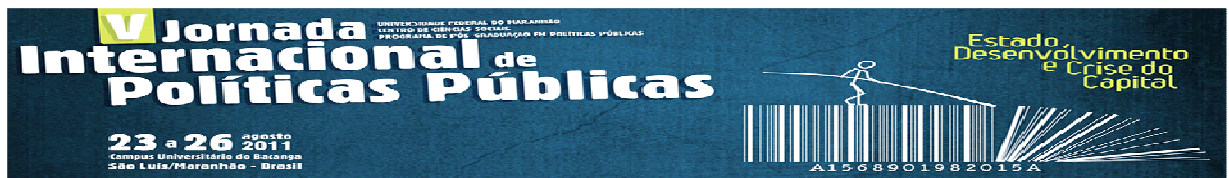
Eclode no fim dos anos 70 um desequilíbrio entre a produção e o consumo capitalistas. Pouco tempo antes o capital vivia uma alta lucratividade com a introdução do Fordismo e do Taylorismo no processo produtivo, o que provocou a expansão do capital, a intensificação das forças produtivas com a introdução de novas tecnologias, as quais permitiram o aumento da produtividade do trabalho e das mercadorias.

Ficando amplamente conhecida como a crise estrutural do capital, como diria Mészáros (2009), a crise econômica possibilitou o ingresso de técnicas produtivas e da divisão internacional do trabalho. Estas foram amiúde combatidas pelas organizações da classe trabalhadora, a qual sentia amplamente a perda da autonomia no processo produtivo, ficando, portanto, submissa às máquinas. A imagem mais nítida da reestruturação produtiva do capital foi o aumento do desemprego e a precarização das condições de trabalho.

O desemprego estrutural levou milhões de trabalhadores às ruas, tornando ampla a disponibilidade de mão-de-obra. O medo do desemprego fazia com que os trabalhadores se submetessem a condições precaríssimas de trabalho, a uma jornada de trabalho intensa, a salários baixíssimos. Enquanto isso, o trabalhador era cada vez mais afastado dos meios de produção, perdendo a sua autonomia, perdendo a sua condição de trabalhador.

O incremento da tecnologia e o modelo toyotista de produzir nas indústrias provocou a depreciação supracitada para os trabalhadores, no entanto possibilitou aos capitalistas a retomada dos lucros e a redução dos gastos na produção. Contribuíram ainda a ampliação do “Terceiro Setor” como alternativa ao desemprego, a implementação de políticas públicas fragmentadas e focalizadas para responder a demandas emergenciais, e a massificação do ideal de vida burguês que visava proliferar o consumo de bens e serviços.

As tecnologias modernas imprimiram a intensificação da exploração da força de trabalho, a repressão aos movimentos sindicais, a erradicação das políticas trabalhistas, pois visava-se aumentar a produção e gerar lucros, mesmo que se desencadeassem efeitos que prejudicassem a



qualidade dos produtos sucedidos da contenção salarial, da intensificação do trabalho e da instabilidade dos trabalhadores.

A intensificação do trabalho também ocasionou o retrocesso das suas organizações classistas. Desarticulados, os sindicatos não tinham mais força combativa, eram freqüentemente combatidos e desmobilizados. Emergem então organizações internas como mais uma medida de controle dos trabalhadores.

Sintetizando: apesar de a crise ainda persistir, o capitalismo consolidou-se garantindo mais e mais a expropriação do trabalho, absorvendo a mais-valia produzida por trabalhadores reprimidos e explorados, alienados e domesticados, inseguros e coniventes, desestimulados politicamente e desmobilizados sindicalmente. As tecnologias, a divisão do trabalho, a ideologia e o padrão de produção impostos na reestruturação do capital foram suficientes para manter o processo de expansão do capital e de acumulação de lucros.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, M. P.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: "autonomia" ou precarização? *In*: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

BEHRING, E. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda dos direitos. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARDOSO, A. M.; COMIN, Á. A.; GUIMARÃES, N. A. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira. *In*: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA H. (Orgs.) **Desemprego**: trajetórias, identidades e mobilizações. São Paulo: SENAC, 2006, p. 45-90.

MELLO, Alex Fiúza de. **Crise Mundial e reestruturação produtiva**: algumas questões de ordem teórica. Pará, 2004. Disponível em <http://www.naea-ufpa.org/revistaNCN/ojs/include/getdoc.php?id=186&article=43&mode=pdf>.

MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.